

Entre a expansão da Ideologia e a conquista do Poder: novas abordagens da política capixaba na Primeira República (1889-1930)¹

José Cândido Rifan Sueth (Doutor em História – Ufes)

RESUMO

A luta ideológica entre Direita e Esquerda, que hoje ocupa o debate político e se volta para a conquista do poder, também apresenta outras dimensões que, em passado próximo, identificou-se com a oposição conservadorismo X progressismo. Desse modo, estudos desses embates no passado têm o condão de esclarecer o presente. Foi o objetivo deste artigo, ao estudar, na aurora do século XX, no Espírito Santo, o emergir de um confronto entre o que era considerado progressismo e o conservadorismo, em busca do poder. O papel da Maçonaria e do Positivismo no Espírito Santo são aqui ressaltados, juntamente com a ação da Igreja Católica local, que se opunha aos ideais tidos como avançados nessa ocasião.

Palavras-chave: Conservadorismo – Progressismo – Positivismo – Igreja Católica – Espírito Santo – Moniz Freire.

ABSTRACT

The ideological struggle between Right wing and Left wing, which now occupies the political debate and turns to the conquest of power, also presents other dimensions that, in the near past, was identified with the opposition conservatism X progressivism. In this way, studies of these conflicts in the past have the power to clarify the present. It was the purpose of this article, when studies at the dawn of the twentieth century, in the Espírito Santo state, the emergence of a confrontation between what was considered progressivism and conservatism in search of power. The role of Freemasonry and Positivism in the Espírito Santo state are emphasized here, along with the action of the

¹ Este artigo é uma adaptação do último capítulo da minha tese de doutorado, intitulada *José de Melo Carvalho Moniz Freire e a construção de uma identidade política capixaba: entre sonhos e mágoas, o brilho da “estrela intrometida”* (1892-1908), defendida em 2016, sob orientação do Prof. Sebastião Pimentel Franco, no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

local Catholic Church, which opposed the ideals considered as advanced on this occasion.

Keywords: Conservatism - Progressivism - Positivism - Catholic Church - Espírito Santo - Moniz Freire.

1) Introdução:

“A Universidade faz propaganda ideológica”, “nas escolas de Ensino Médio, os professores doutrinam os alunos”, “todos os estudos acadêmicos são orientados por ideias esquerdistas”. Quantas vezes já ouvimos recentemente afirmativas como essas.

Ora, por trás dessas opiniões existem também outras que, provavelmente, as sustentam e que também são amplamente divulgadas: “a Academia não deve ser para todos”, “nossos alunos não aprendem, porque os professores só pensam em doutriná-los” e assim por diante. Parece tratar-se de uma campanha de desprestígio do pensamento intelectual, chegando até ao absurdo de lermos em economista hoje em moda em certos círculos brasileiros, Friedrich August von Hayek (1899-1992), que cita Wilfred Trotter:

É necessário nos precavermos do pensamento de que a prática do método científico amplia os poderes da mente humana. Nada é mais claramente contraditado pela experiência do que a crença de que é provável que um homem que se distingue em um ou até mais campos da ciência pense com mais sensatez a respeito de questões cotidianas do que qualquer outro. (2017, p. 67)

Trata-se de ideias que atualmente parecem estar orientando uma vertente do pensamento conservador brasileiro, incluído naquilo que a doutoranda pela USP, Camila Rocha (2018, p. 32), denomina o “ecossistema das direitas brasileiras” e que compreende, segundo ela, “o campo liberal e o campo conservador.”

Analizando a emergência da Direita, no Brasil e no mundo, a doutora em Ciência Política, Helcimara Teles (2018), faz reflexões sobre o “[...] crescimento de grupos que se insurgiram contra o sistema político e que passaram a controlar agendas nacionais e

internacionais" e conclui que os fundamentos ideológicos da Direita e suas características organizacionais são muito diversos.

Observando o cenário político, tanto nacional quanto internacional, pode-se notar na atualidade a presença de uma polarização que envolve ideologias de Esquerda e de Direita, tendo em vista alcançar o poder. O que são ideologias? Estamos de acordo com George Duby (1988, p. 131), quando afirma que "[...] o historiador deve tomar o termo ideologia no seu sentido mais amplo, e separando-o das entoações pejorativas das quais encontra-se frequentemente carregado". Duby (1988, p. 32) também concorda com o significado que Louis Althusser atribui a esse conceito: "[...] um sistema [...] de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, segundo a ocasião), dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma dada sociedade". Desse modo, podemos concluir que, no mundo atual, observa-se a emergência de uma ideologia conservadora no Brasil e em muitos outros países.

Ora, o historiador tem os olhos postos no passado e, com frequência se pergunta sobre a existência de fenômenos semelhantes ocorridos anteriormente. Assim, podemos pesquisar um determinado país ou uma determinada região, em busca de fenômenos similares ocorridos em passado próximo ou remoto. Ocorreu-nos, então, estudar o Espírito Santo na Primeira República (1889-1930), não sob a perspectiva da Direita (nova ou velha) como hoje é entendida, mas estudado à luz da presença do conservadorismo, em seu embate com ideias à época consideradas progressistas. Os estudos deste artigo voltam-se, desse modo, para uma análise histórica que nada tem a ver com aquilo que no presente considera-se Direita ou Esquerda. Relaciona-se, isto sim, com os embates entre ideias que, na Primeira República (1889-1930), eram consideradas conservadoras ou progressistas; e os envolvimentos desse confronto com a conquista do Poder. E neste aspecto o presente artigo aborda uma temática em torno do confronto entre intelectuais, partidos políticos e outras organizações que, no curso da História, estiveram apoiados no conjunto de ideias e visões de mundo localizadas

em posições diferentes no espectro político, o que, a nosso ver, é novo no estudo da Primeira República capixaba.

2.A política capixaba no emergir da Primeira República (1889-1930):

Promulgada a nova constituição republicana, em 1891, os novos estados passam a ser governados por Presidentes eleitos. Assim, Moniz Freire governa o Espírito Santo de 1892 a 1896. Seu segundo mandato foi de 1900 a 1904. Tal era seu prestígio, que o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, publicou em 30 de junho de 1895 a seguinte nota, que transcrevemos na linguagem do tempo: “Em um ‘lunch’ que houve em Viena, no dia da inauguração da estrada de ferro Sul do Espírito Santo, pronunciárão-se vários discursos, exaltando o Governador daquele estado. Um dos oradores, médico e banqueiro, achou que diria a última palavra qualificando o Dr. Moniz Freire de mãe do Espírito Santo”.

Entretanto, em dado momento, já no século XX, tem início um processo de diminuição do prestígio do político Moniz Freire, tendo provocado inclusive uma dissidência no partido fundado por ele no início da República, o *Partido Republicano Construtor*.

Tudo leva a crer que essa dissidência e a perda de prestígio de Moniz Freire estejam relacionadas com a ascensão de outro político, Jerônimo Monteiro (1870-1933), que, já no ano de 1900, havia fundado o *Partido da Lavoura*, que fazia oposição a Moniz Freire. Assim, em 1905, dá-se o rompimento entre Moniz Freire e o governador do Espírito Santo que o sucedeu – Henrique Coutinho – e que tinha sido eleito por sua influência. Tal ruptura motivou a não eleição de Moniz Freire, candidato ao Senado em 1906, derrotado por larga margem de votos por Augusto Calmon. Parece, assim, estar declinando, no Espírito Santo, a estrela de Moniz Freire.

Apesar de derrotado, Moniz Freire foi declarado eleito pela Comissão de Verificação de Poderes, o que a legislação da época permitia. O argumento utilizado foi que Augusto Calmon estava impedido, por dirigir o *Jornal Official*, que divulgava as notícias oficiais do governo do estado do Espírito Santo. Desse modo, Moniz Freire, que já havia sido eleito senador em 1904, exerceu o mandato até 1914.

Porém, antes dessa eleição o rompimento com Henrique Coutinho já havia selado a perda de uma importante parcela da base de apoio de Moniz Freire. Não está muito clara a origem da ruptura. Uma das hipóteses era que, à revelia do que desejavam os demais membros do *Partido Construtor*, Moniz Freire fora acusado de ter imposto uma chapa em janeiro de 1905, para o preenchimento de vagas de três vereadores² para a Câmara Municipal de Vitória. O novo órgão de divulgação da política oficial, o *Jornal Official* (Vitória, p. 1, 10 jan. 1905), publicou uma espécie de Manifesto, intitulado *Partido Construtor*, em que se afirmava tratar-se de um “capricho injustificável” e ostentatório de Moniz Freire.

O argumento dado para o rompimento era claro: um "capricho injustificável". Em seguida, o Manifesto protestou contra a chapa apresentada por Moniz Freire e afirmou ser ele "Responsável exclusivo pela divergência que se firma, autor caprichoso e consciente da cisão que ora se abre entre seus correligionários [...], [o que significava] um duro excesso de mando e autoritarismo [...]" (1905, p. 1). Assim os adversários de Moniz Freire divulgavam a razão do rompimento.

No dia 15 de janeiro, o mesmo jornal (p. 2) publicou, sob o título *O caso do Espírito Santo*, uma entrevista com um dos deputados federais do Espírito Santo, Galdino Loreto que explicou serem as divergências ocasionadas pela questão do

preenchimento das vagas de vereadores. Mencionou também que ficaram do lado de Moniz Freire os senadores Cleto Nunes e Siqueira Lima, como também os deputados Bernardo Horta e José Monjardim, todos companheiros³ de Moniz Freire na Maçonaria.

Moniz Freire (BRASIL, 1905), na sessão de 25 de maio de 1905, no Senado (p. 83), falando sobre o coronel Henrique Coutinho, afirma: "Só me penitencio de ter levado 14 anos a acreditar que ele fosse o que se apregoava – o melhor e mais dedicado de meus amigos".

Ao longo de suas críticas ao coronel Coutinho, foi contestado várias vezes por Joaquim de Oliveira Catunda (1905, p. 84), senador pelo Ceará, que declarava não acreditar que "[...] o sr. Coronel Coutinho, que todos nós conhecemos aqui, homem mansueto, homem honesto, pelo simples fato de ser governador do Espírito Santo se tenha convertido nesse perturbador violento da ordem, da legalidade e do direito". E conclui que "[...] o coronel Coutinho é muito religioso" (p. 84). Destacamos o "muito religioso", em virtude da hipótese de uma provável ação do bispo D. Fernando Monteiro contra Moniz Freire, uma vez que trata-se de uma afirmação que mais uma vez confirma as ligações entre Henrique Coutinho e aquele bispo.

²Em linguagem da época, a eleição seria para governadores (nome que se dava aos vereadores) do Conselho Municipal, também chamado de Governo Municipal (nome que se dava à Câmara Municipal). A Presidência do Conselho era um cargo que equivalia atualmente ao de prefeito do município.

³Cleto Nunes e José Monjardim são diretamente mencionados por Fraga (1995 ?) como pertencentes à Maçonaria. Bernardo Horta é citado na revista *Maçonaria em Foco* (s.d.). Siqueira Lima é o 3º Barão de Itapemirim, provavelmente maçom também, embora seu nome, Luís Siqueira da Silva Lima (1844-1916), não apareça incontestavelmente nas listas de membros de lojas maçônicas capixabas. Em Fraga (1995?, p. 228) aparece um Luiz Siqueira de A. Lima como pertencente à Loja *União e Progresso*. Na página 257, é citado Luiz Siqueira Lima como um dos fundadores da Loja *Fraternidade e Luz*, em 1898, em Cachoeiro do Itapemirim, cidade onde ele provavelmente ingressara na Maçonaria, já que sua família é oriunda do sul do estado do Espírito Santo, onde se encontra Cachoeiro do Itapemirim. Galdino Loreto, que ficara contrário a Moniz Freire, não tem seu nome registrado entre os que pertenceram a qualquer loja maçônica de Vitória no período estudado. Para as informações de membros da Maçonaria entre o final do século XIX e o início do século XX, ver Fraga (1995?).

Conforme as pesquisas de Banck (1998, p. 59), "[...] o conselheiro pessoal de Coutinho era o bispo de Vitória, D. Fernando Monteiro,⁴ um dos irmãos de Jerônimo". Por outro lado – continua Banck – "D. Fernando estava tentando recuperar a influência que a Igreja tivera no ensino, contrabalançando assim as medidas de secularização baixadas por Muniz [...]", positivista convicto, embora não radical, que "[...] certamente teria nisso boa causa para aborrecimento" (p. 59). Acresce a tudo isso o fato de que, quando em 1907 o Presidente Afonso Pena tomou a iniciativa de acalmar as divergências políticas em vários estados, o nome de D. Fernando – que rejeitou a proposta – foi sugerido por Henrique Coutinho para ser o candidato a governador do Espírito Santo. Mas, conforme atesta a historiadora Maria Stella de Novaes (1979), foi o próprio D. Fernando quem sugeriu o nome do irmão, Jerônimo. E ela era sobrinha dos dois.

3.A movimentação ideológica em terras capixabas:

Tendo sido sagrado bispo em Paris, em 12 de outubro de 1901, D. Fernando tomou posse da diocese do Espírito Santo no ano seguinte. Ora, desde a proclamação da República, em 1889, o regime republicano brasileiro passava por um processo de desgaste em suas relações com a Igreja Católica, em razão da separação entre a Igreja e o Estado, estabelecida pelo novo regime. Entretanto, todo o esforço de manutenção do poder da Igreja no Brasil inseria-se em um processo internacional de reação da Santa Sé ao avanço de ideias e políticas que a Igreja Romana considerava "erros modernos", como o Comunismo, o Liberalismo, o Positivismo e a Maçonaria, por exemplo. Conforme Jacqueline Hermann (2003, p. 124), essa reação católica "[...] caracterizou o que ficou conhecido como o esforço de 'romanização' da Igreja, movimento reformador da prática católica surgido na segunda metade do século XIX, liderado pelos papas Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), que procurou retomar as determinações do Concílio de Trento (1545-1563) [...]".

⁴D. Fernando nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, em 1866, região dominada pelo clã dos Souzas Monteiro. Estudou no Colégio do Caraça (MG), tendo se ordenado sacerdote lazearista, depois do curso concluído em Paris. Tomou posse da diocese do Espírito Santo em 9 de março de 1902 e a governou até sua morte em 1916.

Para se compreender D. Fernando, é preciso levar em consideração que a Igreja Católica, desde 1903 até 1914 – portanto durante quase todo o episcopado de D. Fernando – foi dirigida por um Papa fiel continuador desse movimento de "romanização" e, portanto, um conservador que não transigia com as ideias modernas e liberais: Pio X,⁵ cujo lema era "*Renovar todas as coisas em Cristo*", expresso na encíclica *Et Supremi Apostolatus*, sua carta apostólica que, por assim dizer, apresentou as orientações de seu pontificado. Tratava-se de uma encíclica até comentada em livro por D. Fernando: *O Papa e a Encíclica et Supremi Apostolatus Cathedra*.

Foi exatamente sob esse pontificado que D. Fernando governou a diocese do Espírito Santo. Conforme foi aqui mencionado, seu irmão Jerônimo de Souza Monteiro só se tornou governador do estado por iniciativa sua, que costurou toda a articulação de políticos que apoiaram a candidatura de Jerônimo ao governo.

A família Sousa Monteiro possuía suas raízes na Fazenda Monte Líbano, sul do estado. Segundo Maria Stella de Novaes (1951), nela estivera algumas vezes o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, conhecido por suas posições antimaçônicas e conservadoras. Em relato de sua viagem ao Espírito Santo em 1886, o bispo registra uma das visitas que fizera à casa do pai de Jerônimo Monteiro, na fazenda Monte Líbano: "A casa pertence ao bom Cristão o Sr. Capitão Francisco de Souza Monteiro (...)" (LACERDA, 2012, v. 2, p. 235), pai do Jerônimo Monteiro e seu irmão D. Fernando Monteiro. Redigido por um bispo antimaçom, o elogio "bom Cristão" só poderia significar, nesse contexto histórico, que, entre outras características, não pertencia à Maçonaria. Antes de ser sagrado bispo, D. Fernando foi para Paris, onde foi ordenado sacerdote em 1890. Depois voltou novamente a Paris, onde foi sagrado bispo na frente

⁵Pio X foi canonizado pela Igreja Católica em 1954, em plena Guerra-Fria, pelo papa do anticomunismo, Pio XII, quando a política norte-americana sofria ainda os efeitos do fundamentalismo macarthista. Pio X introduziu grandes reformas na liturgia e codificou a Doutrina da Igreja Católica, sempre num sentido tradicional. Incentivou a divulgação e o ensino do conservador Catecismo do Concílio de Trento. Condenou enfaticamente o Modernismo e os

dos restos mortais de S. Vicente de Paulo, na Casa Mãe dos Vicentinos, em 12 de outubro de 1901 (NOVAES, 1951).

Em janeiro de 1895, a paróquia de Vitória passou a ser atendida pelo Pe. Eurípedes Pedrinha que, quando foi nomeado D. João Batista Corrêa Neri para ser o primeiro bispo para o Espírito Santo, apresentou um relatório, descrevendo o ambiente religioso da província. Sem mencionar a fonte em que se fundamentou, Novaes (1951, p. 83) cita entre aspas uma parte desse relato:

A maçonaria avassala tudo; raríssimas são as pessoas que não pertencem a essa sociedade secreta. O Arcipreste⁶ nem do púlpito nem da imprensa tratou desse assunto; apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião, declarou a doutrina da Igreja e mostrou seu desgosto por esse fanatismo pela maçonaria.

Mencionadas por Novaes (1951, p. 83), as informações do Arcipreste dão a entender que não tratar do assunto (maçonaria) "[...] nem do púlpito nem da imprensa, apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião", era um procedimento comum às autoridades católicas nesse momento, no Espírito Santo. É provável que essa prática explique a não existência de pronunciamentos claros de D. Neri ou de D. Fernando contrários à Maçonaria, em geral, ou a Moniz Freire, em particular. É inegável, entretanto, que havia um conflito. Em seu livro biográfico, Novaes (1951, p. 83) menciona outros dados que parecem ser extraídos do referido relatório do Pe. Pedrinha:

A maçonaria e o positivismo dominam [...]. Em Cachoeiro de Itapemirim, a Loja "Fraternidade e Luz" congregava os elementos mais representantes da cidade. Era distinto, mesmo para as senhoras, pertencer à maçonaria. Tanto assim que

movimentos católicos que o defendiam, como o *Sillon*, dando sequência à luta ideológica de Pio IX com suas encíclicas contrárias ao mundo moderno e ao liberalismo.

⁶De acordo com o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (FERREIRA, 2010, p. 192, verbete *Arcipreste*), a palavra significa "[...] dignidade] conferida aos párocos de algumas catedrais ou colegiadas".

se fundou na Barra do Itapemirim, a Loja Teodora, para o belo sexo. Espalhavam-se em todo o estado, as irmandades, cujos membros, com o tempo, foram qualificados ‘maçons de opa’.

D. Neri chegara ao Espírito Santo em 18 de maio de 1897 (NOVAES, 1951), quando Moniz Freire já havia terminado seu primeiro mandato e se preparava para, daí a três anos, iniciar seu segundo mandato, exercido de 1900 a 1904.

4.D. Fernando de Souza Monteiro e a maçonaria na diocese de Vitória:

Chegou a Vitória, em 3 de março de 1902, seu segundo bispo, D. Fernando de Sousa Monteiro. O jornal *Estado do Espírito Santo*, de 9 de março de 1902, noticiou sua chegada. Na lista das autoridades civis e religiosas que foram recepcioná-lo não consta o nome do governador, o que, para a época, era incomum. O comércio, conforme Novaes (1951), ofereceu um banquete no Carmo e o primeiro brinde coube, entretanto, a Moniz Freire que estava presente. Segundo a sobrinha de D. Fernando, "[...] a mútua simpatia estreitou o Bispo e o Chefe do estado, porque, homens de cultura apurada, maneiras distintas à francesa, bem se compreenderam" (NOVAES, 1951, p. 115). Não agiriam de modo diferente dois diplomatas de países conflitantes. Talvez quisesse se referir a essa qualidade diplomática, quando caracterizou as maneiras distintas: “à francesa”.

D. Fernando participou de várias inaugurações, no segundo mandato de Moniz Freire, por exemplo, em março de 1902, quando foram inauguradas as estações de Estrada de Ferro, do Araguaia e Engenheiro Reeve (NOVAES, 1951). Por outro lado, Moniz Freire também procurava ter com ele relacionamentos diplomáticos, como manda a boa política. Por exemplo, quando, em 1903, inaugurou o trecho Santo Eduardo-Cachoeiro, da Estrada de Ferro, Moniz Freire foi visitar Dom Fernando na fazenda Monte Líbano

(NOVAES, 1951). Embora tivessem se encontrado algumas poucas vezes (NOVAES, 1951), nada, porém, impedia os atritos, certamente de bastidores, conforme atestava Pe. Pedrinha. Foi assim que Novaes (1951, p. 121) afirmou que, em Cachoeiro, com a influência da *Loja Fraternidade e Luz*, "[...] a Maçonaria arregimentava os homens para o combate sistemático à Igreja Católica. Mas D. Fernando, educador [...] bem avaliava que o melhor apostolado era o do ensino". Ou seja: a desaprovação não levava a conflitos abertos. É certo, entretanto, que Dom Fernando efetivamente desenvolvia um trabalho contrário à Maçonaria, conforme Novaes (1951, p. 205): "Inspirados na amabilidade de Dom Fernando, quantos futuros vicentinos se dedicaram à obra de Ozanam? Quantas senhoras se alistaram, espontaneamente, nas Damas da Caridade? Quantas renunciaram à Maçonaria?!...[...]"⁷.

Também há indícios de que Jerônimo de Sousa Monteiro partilhava de algumas ideias política e religiosamente consideradas conservadoras na época, provavelmente por influência do irmão bispo. Por exemplo, em 1917, na tribuna da Câmara dos deputados, por motivo da data de comemoração da unificação da Itália, chegou a declarar-se contrário a um telegrama de congratulações ao Parlamento daquele país, utilizando argumentos que denotam um conservadorismo católico, o qual se posicionou sempre contrário à Unificação Italiana:

[...] não posso concorrer com o meu voto para realçar uma data que relembrava atos injustos do Poder italiano, desrespeitando os mais legítimos direitos da Igreja Católica Apostólica Romana e despojando-a violentemente de seus bens e propriedades. Católico e representante de um povo católico, na sua quase totalidade, cumpro restrito dever consignando a presente declaração (BRASIL, 1917, p. 422-423).

Moniz Freire representava uma posição ideológica diferente daquela exibida por D. Fernando e seu irmão Jerônimo Monteiro, conforme se pode inferir dos fatos aqui

⁷Antoine Frédéric Ozanam (1813-1853) foi um intelectual e ativista católico, fundador da organização de leigos chamada Sociedade de São Vicente de Paulo.

analisados. Moniz Freire era maçom e positivista convicto. Há farta documentação sobre o fato de que as ideias positivistas foram abertamente defendidas por ele. O jornal *A Província do Espírito Santo*, de 5 de setembro de 1882 (p. 1-2), traz, por exemplo, um longo artigo seu, defendendo com clareza as ideias de Augusto Comte, no 25º aniversário de seu falecimento, afirmado que "[...] sua filosofia é uma solução inabalável do vasto problema humano [e defendendo a] [...] sublime Redenção operada pelo Positivismo". Seu filho Radagázio Moniz Freire declarou, segundo depoimento de Alves (1963, p. 12):

Meu pai era positivista teórico, porque tinha por Augusto Comte e sua filosofia uma extraordinária admiração, sendo que a Sociologia deste era o seu livro de cabeceira, e objeto, pois, de leitura diária. Quanto ao culto, nunca o praticou e acredito mesmo, poucas vezes compareceu à capela da rua Benjamin Constant.

Ivan Monteiro de Barros Lins (2009), historiador do Positivismo no Brasil, menciona Moniz Freire e Cleto Nunes entre os parlamentares positivistas ou próximos, nas três primeiras legislaturas republicanas (1891 a 1899), e afirma também que Moniz Freire implantou no estado do Espírito Santo uma Constituição Estadual de forte influência comtiana, ou seja, positivista. Afonso Claudio (1912, p.307) afirma sobre Moniz Freire em sua *História da literatura espírito-santense*: "As suas ideias filosóficas, em começo, obedeceram à doutrina do positivismo heterodoxo sob a direção de Littré; mais tarde à ortodoxia de Comte, quer na filosofia quer na política". Também Afonso Claudio, amigo de Moniz Freire, era positivista (LINS, 2009).

O mesmo Lins (2009), autor da *História do Positivismo no Brasil*, informa que o positivista Silva Jardim fizera, em 1882, em Vitória, sete conferências sobre a educação considerada do ponto de vista do Positivismo. Tal foi a simpatia provocada pelas conferências, que *A Província do Espírito Santo*, dirigida por Moniz Freire e Cleto Nunes, adotou o calendário positivista, conforme se pode ler, por exemplo, na primeira

página do periódico de 25 de agosto de 1882. Nota-se, assim, que era realmente marcante a presença do ideal positivista na Vitória do final do século XIX e início do século XX.

Em 1903, D. Fernando já era bispo do Espírito Santo, quando um conhecido pregador e polemista católico, Pe. Júlio Maria (1850-1915) fez, na catedral de Vitória, uma série de conferências que foram duramente criticadas pelo positivista e amigo de Moniz Freire, Graciano dos Santos Neves, em artigo intitulado *Meia Ciência*, no jornal *Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 1, 2 jul. 1903). Porém, segundo Lins (2009, p. 290), "[...] a figura mais eminente do Positivismo capixaba foi o Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire [...]".

5.Embates ideológicos e a ascensão de Jerônimo Monteiro :

Dado o prestígio do bispo D. Fernando entre os capixabas, tudo leva a crer, assim, que, muito provavelmente, o prestígio do maçom Moniz Freire fora solapado pela nova oligarquia que passou a dominar o Espírito Santo, a partir de Jerônimo Monteiro. Uma análise das tramas políticas de então permite-nos inferir essa ideia, sobretudo se considerarmos que, depois que, conforme Silva (1993), passou a dirigir o governo do estado, Jerônimo - eleito em 2 de fevereiro e empossado em 23 de maio de 1908 - adotou uma estratégia de reunir todas as forças políticas num só partido, o que se deu em 4 de abril de 1908, com a fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense*, evento que consolidou a liderança do novo governador eleito naquele ano. A esse respeito, Nara Saletto (Cpdoc, FGV, ?) afirma que, logo no início de seu governo, Jerônimo Monteiro reuniu quase todas as forças políticas do estado (...)", fundando um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), em substituição ao PRC, que foi extinto.

Amigo de Moniz Freire, Torquato Moreira foi dos raros a protestar, afirmando “[...] confiar pouco nas vantagens de um Partido sem outro que a ele se opusesse” (NOVAES, 1979, p. 145). Igualmente Graciano dos Santos Neves não se conformou com a ideia de que todos os partidos houvessem se fundido no *Partido Republicano Espírito-Santense* e, “[...] em consequência, extinguido a oposição ao governo do estado” (NOVAES, 1979, p. 146). Foi enorme a campanha movida, a partir daí, pela imprensa, contra Jerônimo Monteiro e seu partido único. Infelizmente, não existem nos arquivos os exemplares dos jornais que continham esses artigos, pois “[...] foram destruídos [...]” (NOVAES, 1979, p. 50) por um jornalista que se arrependera dos ataques que, naquele momento, fazia contra Jerônimo e seu irmão D. Fernando, bispo de Vitória.

De qualquer forma, a ascensão de Jerônimo Monteiro que envolveu toda uma movimentação política – com articulações, alianças e conflitos – também era elucidativa do agir político de Moniz Freire e do fim de sua liderança. Trata-se da construção do sucessor de Henrique Coutinho (1904-1908), em meio à grave crise por que passava a política capixaba, motivada pela ruptura ocorrida em 1905 dentro do *Partido Republicano Construtor* e que envolvia a capacidade de liderança de Moniz Freire. O que fazer para pacificar a família capixaba, dividida pelas brigas políticas ocasionadas pela divisão do *Partido Construtor*? Era o que muitos, então, se perguntavam no Espírito Santo.

Silva (1993) afirma que, para o ano eleitoral de 1907, surgiram novas articulações políticas que permitiram que a facção do *Partido Republicano Construtor*, liderada pelo Coronel Henrique Coutinho, buscasse uma aliança com Jerônimo Monteiro do *Partido da Lavoura*, fazendo com que esse fosse indicado como candidato único na convenção realizada em 16 de outubro de 1907. Divergiram dessa orientação algumas lideranças, entre as quais o então monsenhor Eurípedes Pedrinha e José Gomes Pinheiro Jr.

Em conversações para resolver o problema da sucessão no Espírito Santo dividido politicamente, entraram em articulação Moniz Freire, Bernardo Horta e João Luís Alves que sugeriu o nome de Jerônimo Monteiro. O próprio Moniz Freire (1911) relatou o que João Luís Alves lhe dissera: "Eu [João Luís Alves] penso que a situação do Espírito Santo se modificará, e que o seu partido melhorará de sorte, se você fizer um acordo com a família Monteiro. Você sabe a importância que tem no estado o bispo [...]", ao que Moniz Freire retrucou: "Sou amigo do bispo, aprecio-o como homem de fina educação e tenho-o por um patriota, mas receio que os meus amigos tenham objeções a essa proposta [de escolha do Jerônimo Monteiro]" (BRASIL, 1911, p. 164).

Notamos aí o papel fundamental e provavelmente decisivo que o bispo D. Fernando exerceu na escolha do nome do irmão, conforme também já analisamos. Bernardo Horta, Dr. Siqueira Lima, Cleto Nunes, Dr. Graciano dos Santos Neves, todos maçons e amigos de Moniz Freire, não aceitaram a proposta. Diante dessa relutância, foi procurado, então, Dr. Afonso Pena, a quem Moniz Freire expôs as dificuldades e sugeriu:

E porque [sic] não levantamos a candidatura do Bispo? Ele é da família Monteiro, é espírito-santense, homem ponderado, um espírito reto; porque não faria o sacrifício de trocar as vestes talares pela cadeira de Presidente do Espírito Santo? Seria um relevantíssimo serviço que nós o solicitaríamos a prestar neste momento difícil da política do estado (BRASIL, 1911, p. 165).

Dr. João Luís Alves afirmará, posteriormente, que não acreditava que D. Fernando "[...] ligado como é a Igreja, seja capaz de renunciar ao episcopado para aceitar a presidência do estado". Tempos depois, D. Fernando foi ao Rio de Janeiro conferenciar com Afonso Pena e declarou que não aceitaria essa indicação. Moniz Freire sugeriu, então, ao negociador, João Luís Alves, outro nome, seu amigo Domingos Rocha, capixaba que já havia governado Minas Gerais e era professor da Escola de Minas de Ouro Preto. Junto com Afonso Pena, foram combinados alguns nomes de políticos influentes que poderiam procurar e obter o consentimento do candidato sugerido.

Estavam as conversações nesse patamar, quando Jerônimo Monteiro saiu do Rio de Janeiro para Vitória e lá se anunciou pela imprensa que Henrique Coutinho adotara o

nome de Jerônimo Monteiro para seu candidato. Moniz Freire afirmou que seu primeiro impulso foi "[...] resistir a todo transe à candidatura do sr. Jerônimo Monteiro" (BRASIL, 1911, p. 168). Entretanto, a pedido de um amigo comum, o político paulista Dr. Manoel Pedro Villaboim,⁸ Moniz Freire aceitou a candidatura proposta. E Jerônimo Monteiro tornou-se, então, o governador do Espírito Santo. Começou, aí, uma nova liderança: a dos Souzas Monteiro. Novo capital simbólico e novo capital político produzirão, com certeza, nova identidade política para o Espírito Santo, fundamentada em novas representações sociais, diferentes daquelas em que se fundamentou Moniz Freire.

Ora, o prestígio de D. Fernando não só contribuiu para alçar ao poder seu irmão Jerônimo e a oligarquia dos Souzas Monteiro, mas com certeza também solapou o capital político que o positivista Moniz Freire construiria ao longo de décadas. Por outro lado, Afonso Pena enviara um político mineiro, João Luís Alves, para promover a candidatura de Jerônimo Monteiro ao governo do estado em 1908. A questão já estava então decidida pelos que comandavam a *Política dos Governadores*.

Vê-se, por meio desses episódios, que a campanha contra Moniz Freire e a ascensão de Jerônimo Monteiro se achavam intimamente ligadas pela ação conjugada da *Política dos Governadores* e das tramas da Igreja Católica local que colocava-se francamente pelo Jesuitismo contra o Positivismo e a Maçonaria, defendidos por Moniz Freire. Silva (1993, p. 23) declara que, a partir da fundação do *Partido Republicano Espírito-Santense* (PRES), no plano federal, havia se consolidado a *Política dos Governadores*, "[...] o que vai dificultar o surgimento de oposições consistentes nos estados [...]" . Ou seja, ficava dificultada a possibilidade de oposição por parte do positivista e maçon Moniz Freire.

⁸Político e jurista influente, Dr. Villaboim (1867-1937) também estudou na Faculdade de Direito de Recife e desenvolveu grande atuação especialmente no estado de São Paulo. Exercera a magistratura no Espírito Santo, no final do Império.

Começava, assim, a oligarquia dos Souzas Monteiro. Mas tratava-se, como se vê, de uma movimentação política iniciada bem antes de 1908. Em 1900? Em 1905? Há notícias de que, no ano de 1905, surgiram "[...] casos difíceis, trabalhosos, consequências das invectivas de espíritos convictos de independência ou de intromissões vezeiras da polícia nas atribuições peculiares aos vigários" (NOVAES, 1951, p. 166). A biógrafa dos Souzas Monteiro narra vários atritos provocados, segundo ela, por pessoas contrárias à presença de padres nas cidades, até fazendo com que Dom Fernando escrevesse ao Presidente do estado, Henrique Coutinho, pedindo providências. Trata-se do mesmo coronel Coutinho que então convidava Dom Fernando para inaugurações de seu governo, "[...] promovia listas de donativos para o Santuário da Penha [...]" (NOVAES, 1951, p. 199) e sugeriu o nome do próprio Dom Fernando para Presidente do estado. Conforme já se analisou, a proposta do bispo foi o nome de seu irmão Jerônimo de Sousa Monteiro.

Durante todo o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), foi grande a parceria com o irmão bispo. Nenhum pronunciamento conhecido, contrário a Moniz Freire ou a suas ideias. Nada escrito a respeito do Positivismo ou da Maçonaria. É, talvez, a regra explicitada anteriormente pelo Pe. Pedrinha (NOVAES, 1951, p. 83): não tratar do assunto "[...] nem do púlpito nem da imprensa, [...] apenas em suas conversações, quando se oferecia ocasião". Algumas atitudes, entretanto, revelam o conflito. Assim, por exemplo, D. Fernando não compareceu a nenhum evento, quando das vindas dos Presidentes da República Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca ao estado. Ambos eram maçons, o primeiro até recebeu homenagem da Loja *União e Progresso*, de Vitória (FRAGA, 1995?). Nas duas visitas, D. Fernando não se fez presente, pois encontrava-se "em visita pastoral" pelo interior do estado (NOVAES, 1951), procedimento indicativo de óbvia crítica, em se tratando de visitas presidenciais à Capital de um estado cujo governador era irmão do bispo.

Pesquisando sobre a educação no mandato de Jerônimo Monteiro (1908-1912), Franco (2006b, p. 105) constata que, "[...] apesar de o Estado ter-se desvinculado do catolicismo após a proclamação da República [...], elites dominantes e Igreja Católica nunca romperam definitivamente seus laços". Aplicando essas reflexões exatamente ao caso do relacionamento entre D. Fernando e Jerônimo, Franco (2006b) exemplifica com a fundação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que teve como marco o ano de 1902, quando se iniciou o episcopado de D. Fernando de Souza Monteiro: "[...] o sucesso do Colégio do Carmo [nome com o qual também era conhecido o educandário católico] esteve ligado ao apoio que a associação Igreja e Estado lhe destinou". Franco (2006b) cita que, em 1908, o prédio do colégio só não foi devolvido ao Governo Federal porque, nesse sentido, agiu o Presidente do estado a favor da causa do bispo, seu irmão.

Jerônimo e D. Fernando trabalhavam tão juntos, que o primeiro se reunia várias vezes com o irmão, para lhe comunicar muitas obras que desenvolvia no estado. É nesse sentido, por exemplo, que pode ser interpretada a presença de D. Fernando em muitas inaugurações. Novaes (1979, p. 209, grifo nosso) comenta que essa união entre os irmãos fez com que se confirmasse

[...] a força daquela **trindade fraterna** de 1907, porque embora votado, inteiramente, à Igreja e à elevação das almas, segundo a Doutrina do Evangelho e a pureza da Liturgia Católica, Dom Fernando secundou, valiosamente, a obra educacional e humanitária do irmão Presidente, enquanto no Senado, erguiam-se a lógica enérgica e a sólida cultura de Bernardino [Monteiro, irmão dos dois], para fulminar investidas maldosas.

Com os símbolos do estado, é interessante notar, também aí, a presença de D. Fernando e do assim chamado jesuitismo. Havia o Dr. Jerônimo, pelo Decreto nº 455, de 7 de setembro de 1909, instituído o grande Selo; pelo Decreto nº 456, do mesmo dia, o Escudo das Armas do estado; e a 5 de dezembro de 1910, o Distintivo Presidencial. Ora, "[...] todos os símbolos com as cores azul e rosa [...]. Eram as cores

de um Clube Abolicionista, de Benevente [...] e que muito havia colaborado na Campanha Republicana. Eram igualmente as vestes de Nossa Senhora da Vitória, Padroeira da Capital do estado [...]" (NOVAES, 1979, p. 205). Mais adiante Novaes explica: "Justificavam-se portanto as cores adotadas, conforme os entendimentos do Presidente com seu irmão, o Sr. Bispo Diocesano [...]" . Por fim, a divisa do estado (NOVAES, 1979, p. 206), presente nos Selos, *Trabalha e Confia*, "[...]" inspirada certamente na formação religiosa do Presidente, que remontava ao Colégio São Luís, em Itu, dirigido pelos sacerdotes jesuítas de Santo Inácio de Loiola: - 'Trabalha, como se tudo dependesse de ti; Confia, como se tudo dependesse de Deus'."

Tem-se a impressão de que, intencionalmente, o *Trabalha e Confia* seria uma réplica ao *Ordem e Progresso*. É o Jesuitismo contra o Positivismo. Trata-se de uma hipótese que veste como uma luva em meio ao que se pode inferir das análises aqui feitas, fundamentadas nas fontes consultadas. Talvez se pudesse utilizar, nesse caso, o conceito de luta de representações que Chartier (1990, p. 17) afirma serem de "[...] tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio".

Não eram totalmente desprovidos de razão os adjetivos que, na época, os opositores de Jerônimo Monteiro utilizavam quando se referiam a seu nome: "conde papalino". De fato, o governador recebera essa comenda do Vaticano. Trata-se de uma honraria meramente decorativa e não transmissível, conferida pela Igreja Católica, mas que, naquele momento, tinha uma grande significação simbólica, em meio aos conflitos entre o jesuitismo e o modernismo condenado por Pio X, o papa que, como já mencionamos, governou a Igreja católica praticamente durante todo o episcopado de D. Fernando. Como mero exemplo, citamos o jornal *Estado do Espírito Santo* (Vitória, p. 1, 10 out. 1909) que reproduz um artigo do *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), com críticas a

Jerônimo Monteiro a quem se refere como conde por seis vezes na pequena extensão de quatro parágrafos.

Moniz Freire afirmou que o novo governo não cumprira seu papel de conciliação e de harmonia que anunciara e que "[...] seu plano era destruir a oposição, humilhando-a [...], [anunciando] a extinção do partido oposicionista e de todo o meu prestígio político na minha terra natal" (BRASIL, 1911, p. 170), ao que ele questiona, dizendo ter a seu lado "[...] a flor dos homens de talento do Espírito Santo, toda a nossa elite intelectual [...]"; Afonso Claudio, Graciano Neves, [...] monsenhor Pedrinha, [...] Constante Sodré [...]" (p. 170). Por outro lado, "[..] tudo quanto no Espírito Santo tem talento, tem valor, tem um passado político e influência pessoal legítima, se encontra de meu lado na condenação ao Sr. Monteiro e ao seu Governo" (BRASIL, 1911, p. 172). Igualmente "[...] no seio da colônia espírito-santense do Rio de Janeiro, colônia que é bastante numerosa, não há talvez seis pessoas desinteressadas que sejam apologistas da administração do Sr. Jerônimo Monteiro" (p. 172). De qualquer forma, tratava-se de uma administração que subiu com o apoio de Afonso Pena e que, segundo Moniz Freire, em seu discurso no Senado (BRASIL, 1911, p. 172), conquistou "[...] a admiração e as consagrações do Sr. Presidente da República [...]".

6.Considerações finais:

As reflexões presentes neste artigo conduzem-nos à ideia de que não é só no presente a existência de radicalizações e de interações entre as ideologias e a busca pelo poder. Como se viu, a Primeira República (1889-1930) apresentou no Espírito Santo um quadro que bem poderia ser caracterizado como emblemático da influência religiosa e do embate que essa influência pode provocar. O Positivismo e a Maçonaria representavam um posicionamento ideológico que era interpretado como oposto das colocações da Igreja Católica, instituição não só presente mas bastante influente não apenas no Espírito Santo, mas também no Brasil daquele recorte temporal, o que nos permite considerar que se tratava de uma confrontação entre o progressismo –

representado pela maçonaria e pelo positivismo – e o conservadorismo, representado pela Igreja católica de então.

Nesse sentido, o embate entre esse progressismo e esse conservadorismo podem nos fornecer dados do comportamento político e cultural que esse tipo de confronto pode provocar em um determinado público, como era o capixaba daquele final do século XIX e início do século XX. Comportamento político e cultural que podem traduzir manifestações de sentimentos e emoções, como também de arranjos políticos, simpatias e antipatias, que têm potencial para produzirem resultados eleitorais e até modificações políticas de peso para o estado ou região.

Embora sem ser “mestra da vida” no dizer de Cícero, a História pode, por meio de reflexões, mostrar-nos como se deram as relações ideológicas e de poder no passado e, assim, ajudar-nos a interpretar o presente.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais do Senado**. Livro v. 1, p. 79-238, sessão de 25 de maio de 1905. Disponível em: <www.senado.gov.br/anais.htm>. Acesso em: 13 maio 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Anais da Câmara**: sessão de 11 de julho de 1917. Deputados brasileiros: 1826-1976. Disponível em: <www2.camara.leg.br>. Acesso em: 13 maio 2015.

O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXI, n. ?, 9 mar. 1902. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

O ESTADO DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano XXVIII, n. 216, 10 out. 1909. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JORNAL DO COMMERCIO, RJ, 30 junho 1895.

JORNAL DO COMMERCIO, RJ, 14 novembro 1908.

JORNAL OFICIAL, Vitória, ano I, n. 1, 10 jan. 1905. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

JORNAL OFFICIAL, Vitória, ano I, n. 6, 15 jan. 1905. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em 14 abr. 2015.

A PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO, Vitória, ano I, n. 1, p. 1, 16 mar. 1882. Disponível em: <bndigital.bn.br>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, José Paulino. **Moniz Freire** (discurso proferido em 15 de novembro de 1961). Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Vitória: 1963. p. 3-25.

BANCK, Geert Arent. Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. **Cadernos de História**, Vitória: IHGES, n. 13, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bernard Brasil/Difel, 1990.

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 130-145.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRAGA, Christiano Woelffel. **A maçonaria no Espírito Santo**: Loja União e Progresso. Vitória: [s.n.], [1995?].

FRANCO, Sebastião Pimentel. A relação oligarquia/Igreja e a busca de uma educação feminina conformadora: Primeira República no Espírito Santo. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **As identidades no tempo**: ensaios de gênero, etnia e religião. Vitória: Edufes: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006b. p. 103-116.

HAYEK, Friedrich August von. **Os erros fatais do socialismo**: por que a teoria não funciona na prática. Trad. Eduardo Levy. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2017).

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 123-160.

LACERDA, P.M. de. **Diário das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo**. Vitória (ES): Secretaria da Cultura do Espírito Santo e Phoenix Cultura, 2012.

LARRAIN, Jorge. Ideologia e hegemonia. In: SCOTT, John (Org.). **Sociologia: conceitos-chave**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p. 104-108.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do Positivismo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [197-].

_____. **Um bispo missionário**: Dom Fernando de Sousa Monteiro, C.M. Vitória: Esc. Técnica, 1951.

REVISTA MAÇONARIA EM FOCO. Disponível em: <www.youblisher.com>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ROCHA, Camila. Quem são e o que querem. In: **Cult – Revista Brasileira de Cultura**, n. 234, ano 21, maio 2018, p. 32-36.

ROSA, Affonso Claudio de Freitas. **História da literatura espírito-santense**. Porto: Officinas do "Commercio do Porto", 1912. Disponível em: <www.ape.es.gov.br>. Acesso em: 16 abr. de 2015.

SALLETO, Nara. MONTEIRO, Jerônimo. Disponível em: <cpdoc.fgv.br>. Acesso em 13 ago. 2019.

SILVA, Marta Zorral e. Lideranças políticas e sistema partidário no Espírito Santo: 1830-1990. In: _____. **Formação de lideranças locais no Espírito Santo**. Relatório de Pesquisa - Registro nº 093/90. Vitória: Ufes, Departamento de Ciências Sociais, nov. 1993.

TELES, Helcimara. A emergência dos Alternative Right (AR). In: **Cult – Revista Brasileira de Cultura**, n. 234, ano 21, maio 2018, p. 22-25.